

Diálogos e métodos do discurso historiográfico: a análise das fontes a partir da convergência entre a “Escola dos *Annales*” e a “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin¹

Dialogues and methods of historiographical discourse: the analysis of sources from the convergence between the "Annales School" and Laurence Bardin's "Content Analysis"

DOI:10.34117/bjdv9n4-001

Recebimento dos originais: 01/03/2023

Aceitação para publicação: 03/04/2023

Daniel Florence Giesbrecht

Doutorando em História Contemporânea

Instituição: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - Universidade de Coimbra (CEIS20-UC)

Endereço: Rua Augusto Filipe Simões, 33, Coimbra, Portugal, 3000-547

E-mail: profdanielflorence@gmail.com

RESUMO

Registrada pelo menos desde a década de 1960, a aproximação da História com a Linguística e a Antropologia passou a dialogar com mais intensidade em pesquisas de caráter histórico. Com os pressupostos metodológicos introduzidos pela Escola dos *Annales*, as mais diversas linguagens tornaram-se objetos privilegiados para análise, vistas cada vez mais como metáforas da realidade. Os variados discursos (escritos, orais, arquitetônicos, urbanísticos, iconográficos, musicais, gestuais e rituais) passaram a ser decodificados com maior frequência, procurando-se apreender seus elementos de tensão social e seus sentidos históricos, sua produção e sua circulação num dado meio social. A partir dessa variedade de fontes, novas ferramentas analíticas passaram a fornecer instrumentos do fazer historiográfico como, por exemplo, o método da “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin. Partindo da premissa de que a historiografia é o resultado da reflexão sobre a natureza do histórico, são nas entrelinhas dos discursos das fontes que o historiador é capaz de calcular as frequências fornecidas pelos dados cifrados, o que torna possível a extração de categorias e modelos, num processo “hermenêutico controlado”. Este artigo convida à reflexão sobre tais metodologias e a importância delas para a análise dos tipos de discursos utilizados como fontes na historiografia.

Palavras-chave: metodologia da história, historiografia, análise de conteúdo, Escola dos *Annales*, hermenêutica.

ABSTRACT

Registered at least since the 1960s, the approximation of History with Linguistics and Anthropology started to dialogue with more intensity in historical researches. With the methodological assumptions introduced by the *Annales* School, the most diverse languages have become privileged objects for analysis, increasingly seen as metaphors of reality. The various discourses (written, oral, architectural, urban, iconographic, musical,

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento – 2021.04805.BD.

gestural and ritual) started to be decoded more frequently, in an attempt to grasp their elements of social tension and their historical meanings, their production and circulation in a given social environment. From this variety of sources, new analytical tools started to provide instruments for historiography, such as Laurence Bardin's "Content Analysis" method. Based on the premise that historiography is the result of reflection on the nature of history, it is between the lines of the discourses of the sources that the historian is able to calculate the frequencies provided by the encrypted data, which makes possible the extraction of categories and models, in a "controlled hermeneutic" process. This article invites reflection on such methodologies and their importance for the analysis of the types of discourses used as sources in historiography.

Keywords: methodology of history, historiography, content analysis, Annales School, hermeneutics.

1 INTRODUÇÃO

Desde meados da década de 1960 intensificara-se o rompimento dos limites entre a História e as demais ciências. Tal fato tornou possível o favorecimento da construção de pontes e apropriações epistemológicas que desencadearam profícuas aproximações da História com a Antropologia e a Linguística, assim como a apropriação de múltiplos conceitos, ampliando o universo da ação política e da intervenção racional na sociedade.

A estrutura enrijecida oriunda de modelos científicos cristalizados, como, por exemplo, o de "cultura", tratada até então em sua vertente erudita, facilmente percebida nos textos de Jacob Burckhardt (1990), passou a ser vislumbrada a partir dos grupos subalternos, em suas ramificações populares, o que permitiu o diálogo e o contraponto à cultura das elites, fato assinado pelas obras de Edward Thompson (1981), Michel Vovelle (1983), Peter Burke (1989) e Philippe Ariès (1990), para citarmos algumas.

A complexificação de conceitos como o do "tempo presente" reforçados principalmente com a terceira fase dos *Annales* representou uma nova seleção de objetos de estudo em direção a temas considerados triviais: cumprimentos; etiqueta; alimentação; comunicação oral; gestualização; sexualidade; morte. Em torno desses temas, os pesquisadores procuraram estabelecer nexos e desvendar articulações sociais tão determinantes e decisivas para a vida coletiva quanto às conjunturas econômicas ou às estruturas sociais derivadas das duas fases anteriores, através das propostas dos historiadores intitulados *annalistas*.

Na busca de significados e do funcionamento das sociedades, as mais diversas linguagens tornaram-se objetos privilegiados para a análise, vistas, cada vez mais, como metáforas da realidade. Os variados discursos (escritos, orais, arquitetônicos,

urbanísticos, iconográficos, musicais, gestuais, rituais) passaram a ser decodificados com maior frequência, procurando-se apreender seus elementos de tensão social e seus sentidos históricos, sua produção e sua circulação num dado meio social. Dito de outra forma, registrou-se a expansão do território tradicional da política e das lutas sociais, dos lugares mais evidentes (Estado, sindicatos, partidos, associações) para áreas às quais até então não se atribuía grande relevância (escola, família, cultura). Ou seja, a identificação de elementos da “micro-história” como mostra Anthony Levi (1992) tem a sua valorização diante da tradicional “macro-história”. A História sociocultural impõe, nesse sentido, uma revalorização da política e sua identificação em todas as tramas do tecido social (GIESBRECHT, 2019, p. 16).

Expressão máxima da Escola dos *Annales*, Marc Bloch (2001) defende a necessidade de se fazer pesquisa histórica com o auxílio das demais ciências, ressignificando o *status* de disputa entre elas, tendo, a partir do diálogo, o arquétipo encorajador de respostas às pesquisas. Temos aqui uma proposta de interdisciplinaridade. Entretanto, a união da História com as Ciências Sociais é regulamentada por uma nova concepção de tempo incompatível com a temporalidade única, singular, irrepitível, linear e progressista da denominada “História tradicional”. Partindo de tais pressupostos, é nosso objetivo neste artigo pensarmos sobre as possíveis relações entre os princípios metodológicos da “Escola dos *Annales*” e as técnicas de “Análise de Conteúdo”, postuladas por Laurence Bardin (2011).

Tratando-se de uma epistemologia da ciência e da indissolubilidade entre a História e a Historiografia, utilizaremos em nossas reflexões ambos os termos, porém, destacamos a História aquilo que se vincula à produção e experiência cultural humana diante de um tempo e espaço delimitados; e, a Historiografia, como aquilo constituído através da narrativa, circunscrita de rigor metodológico, que reflete o contexto e intertexto do que é histórico, ou seja, o “social” e o “temporal” (RÜSEN, 2015).

2 DOS “ANNALES” À “ANÁLISE DE CONTEÚDO”: CONVERGÊNCIAS METODOLÓGICAS E CAPACIDADE HERMENÊUTICA

(...) a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. (...) Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (BURKE, 1991, p. 112-113)

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos sistematizados e rigoroso; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Dessa afirmação podemos concluir que a utilização de métodos científicos não é de alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego sistematizado desses métodos (TRIVIÑOS, 1987). No caso da História, não é diferente.

Como pontuou Gaston Bachelard (1977), a epistemologia da História científica possui certas especificidades, dada a sua construção estar intrinsecamente articulada ao tecido social, espacial e temporal. Os conhecimentos dos métodos que auxiliam a produção historiográfica, independentemente de quais sejam, adquirem papel fundamental na sua forma complexa da teoria, justificando-a ou comprometendo-a. Caso as escolhas do investigador sejam inadequadas, todo um trabalho pode ruir, dado que a falta de preocupação metodológica pode decretar a mediocridade fatal (DEMO, 1995, p. 12).

Na História das Ciências, mudanças paradigmáticas nem sempre se enquadram em modelos estanques de análise (KUHN, 2021). Em se tratando da História, seus pressupostos científicos se modificaram relativamente depressa levando-se em conta sua primeira fase de sistematização, ocorrida em meados do século XIX, através dos esforços dos historiadores positivistas e/ou historicistas em busca de um “axioma universal”.

Tal axioma, como propunha Emile Durkheim (1999), poderia salutar uma História que possuísse o mesmo rigor das ciências exatas, calcada em verdades absolutas e imutáveis, regida por leis universais, de estrutura intocável, livre de pré-julgamentos e de qualquer interpretação à luz de sua realidade individual. Ou, como defendia Wilhelm Dilthey (1999), um modelo imagético como fenômeno cultural, social e político que deva ser compreendido através de, e, na sua historicidade, na qual coexistam contradições naturais entre aqueles que a estudam, dado que cada sujeito expressa o seu próprio ponto de vista, uma versão historicamente condicionada, porém verdadeira, de uma das várias dimensões do concreto.

É em detrimento a estes modelos que o movimento conhecido como *Annales* se desencadeia. Seus primeiros e notáveis idealizadores foram os franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, que apostaram na fundação de uma revista que viria a revolucionar a forma de ver e fazer História: em 1929 nascia a *Annales d'histoire économique et sociale*². Bloch e Febvre lideraram na França o movimento da “Nova História”, uma História escrita como uma reação deliberada contra o positivismo e o historicismo “conservador”,

² A revista possuiu mais três títulos além deste: *Annales d'histoire sociale* (1939-1942-45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-44) e *Annales: économies, sociétés, civilisations* (1946-).

dotada de novos recursos metodológicos, tais como a hermenêutica, vista agora como possibilidade de rompimento com o factual na construção historiográfica (GIESBRECHT, 2019).

Dentro das principais propostas deste movimento podemos destacar as seguintes: a) substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma “História-problema”; b) busca pela História de todas as atividades humanas e não apenas a História política; c) ampliação da utilização das fontes históricas para além da escrita; d) colaboração com outras disciplinas, visando contemplar os três primeiros objetivos, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, dentre outras.

Superando os determinismos do século XIX que hierarquizaram seres humanos, culturas, e, também, as ciências, abriu-se na efervescência cultural francesa do século XX o espaço necessário para o diálogo da História com outras metodologias aparentemente concorrentes, principalmente aquelas derivadas das Ciências Sociais Aplicadas, como o caso da “Análise de Conteúdo”, procedente da psicossociologia, amplamente testada e divulgada pela professora Laurence Bardin, titular da cadeira de Psicologia da Universidade de Paris V.

Desde o final dos anos 1940-1950, técnicas de “Análise de Conteúdo” passam a ser elaboradas, mesmo que ainda restritas aos limites da descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo presente nas documentações levantadas durante os procedimentos de pesquisa em Ciências Sociais (BERELSON & LAZARSELD, 1948; BERELSON, 1952). De acordo com Bardin (2011, p. 26), foi a partir do final da década de 1950, especialmente com as discussões travadas em diversos congressos, que a “Análise de Conteúdo” ganha o fôlego que lhe faltava para adentrar o universo das demais Ciências Humanas, como no caso da Etnologia, da Psiquiatria, da Psicanálise, da Linguística e, também, da História.

O princípio da hermenêutica, o qual é a interpretação da significação profunda e cuidadosa daquilo que é considerado histórico a partir das fontes (materiais ou imateriais), matéria-prima do ofício do historiador, é um dos alicerces epistemológicos mais significativos da Escola dos *Annales*. Resta-nos, então, refletirmos sobre quais metodologias e/ou técnicas seriam capazes de dar conta da complexidade de materiais muitas vezes tão heterogêneos.

Contemplando o caráter aberto e interdisciplinar dos historiadores *annalistas*, a “Análise de Conteúdo”, se devidamente aplicada, pode vir a ser uma das possibilidades de resposta técnica e procedimental, pois apresenta um conjunto metodológico

diversificado e em constante aperfeiçoamento, aplicável aos mais diversos tipos de “discursos” contidos nas fontes primárias de investigação, instrumentalizando o historiador com uma gama de recursos que permitem calcular a frequência de dados cifrados, extrair estruturas e modelos e, por meio de caminhos dedutivos, promover uma “hermenêutica controlada”, ou seja, a “inferência” (*Ibid.*, p. 15). “Inferir” é a capacidade de compor uma explicação sistemática e lógica do discurso. Ao se objetivar produzir uma narrativa que anseie inteligir determinado tema através das fontes que se possui, “inferir” é o procedimento que possibilita interpretar com nível de excelência a documentação disponível.

Definido(s) o(s) problema(s) de pesquisa e com base nas fontes documentais recolhidas, é comum ao historiador percorrer os caminhos oferecidos pela abordagem qualitativa, e, quando necessário, quantitativa.

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma característica de conteúdo, ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem em que é tomada em consideração. (*Ibid.*, p. 26-27)

Consoante a “Análise de Conteúdo”, ambas as abordagens podem interagir em torno da validação da “inferência”. Tal condição pode alcançar resultados promissores na busca pelas “presenças” e “ausências” das fontes e superar o alcance descritivo. Isso se assumirmos que a “inferência” se realiza “tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados” (*Ibid.*, p. 27).

3 POR UMA METODOLOGIA DAS FONTES EM CONSONÂNCIA COM A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

O que é usualmente denominado “documentos” ou “fontes” históricas não é necessariamente produzido pelos indivíduos com o objetivo de deixar testemunhos para aqueles que viverão no futuro. Cabe aos historiadores a tarefa de compreender determinado documento/fonte e “inferir” sobre ele(a), o que não é tarefa fácil.

A respeito da complexidade do processo de desvelamento do passado através dos vestígios humanos, o movimento dos *Annales* alcançou elevado nível de produção, daí concordarmos com a premissa rogada por Jacques Le Goff (1988, p. 33-34) de que, “mais do que nunca, os ‘*Annales*’ querem fazer entender. Colocar os problemas da História: proporcionar uma História não automática, mas problemática”.

Segundo José D'Assunção Barros (2010), a Escola dos *Annales*, em suas três gerações³, manteve a preocupação inicial de considerar os documentos e fontes históricas não somente a partir das suas singularidades, mas também dos elos possíveis de similitudes e diferenças entre si, hipótese fundamental para a efetivação da prática do que muitos historiadores *annalistas* denominaram de “História Comparada”.

Percebe-se, até aqui, que a abertura multifatorial do processo de seleção de fontes sugerida pelos *Annales* deslocou o eixo da “História tradicional” de sua neutralidade, para uma “Nova História”, mais interdisciplinar, menos hierárquica e menos etnocêntrica. Novas possibilidades interpretativas se abriram, como também aumentaram as necessidades de convivência com outras realidades metodológicas, o que tornou a “Análise de Conteúdo” uma ferramenta para alguns *annalistas*.

Uma produção historiográfica que pretende se beneficiar das tecnologias derivadas da “Análise de Conteúdo” inicia-se pela denominada fase da “pré-análise”. É nela que ocorre a organização do quadro investigativo ao que o historiador se propõe a debruçar, sendo definido o tipo de documentação que formará a estrutura básica do projeto a ser executado.

Ressaltamos que na construção da narrativa pautada em alicerces *annalísticos*, os suportes documentais são diversos, podendo estes transitarem, por exemplo, entre documentos oficiais (leis, contratos, registros contábeis, registros de cartórios), particulares (de empresas ou pessoais), letras de música, inscrições em monumentos, dados estatísticos, pinturas, esculturas, construções, filmes, fotografias, publicações científicas, utensílios domésticos, joias, moedas, enfim, qualquer objeto criado pelo ser humano. Se não bastasse essa gama de opções, o historiador também tem como recurso documental diversos tipos de fontes orais, como as entrevistas, os relatos, os contos, as lendas, os mitos, as fábulas, entre outras manifestações verbais.

Com o universo demarcado (o gênero de documentos sobre os quais se pode efetuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à constituição de um

³ Sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequena, radical e subversiva, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a História tradicional, a História política e a História dos eventos. Na segunda fase do movimento, os historiadores dos *Annales* deram um “salto” na construção do conhecimento histórico ao se apoderarem de conceitos (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), em que as contribuições de Fernand Braudel (1902-1985) foram importantíssimas. Uma terceira fase se inicia por volta de 1968, profundamente marcada pela fragmentação, enfatizando a História sociocultural, o retorno à História política e à narrativa. Há uma incorporação de temas para os estudos tais como o sonho, corpo, odor, mulher, morte, sexo, dentre outros. Neste momento, a psicologia é bastante utilizada, assim como a História econômica, da cultura popular e regional (GIESBRECHT, 2019, p. 49).

corpus. O *corpus* é um conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. (BARDIN, 2011, p. 126)

É do contato inicial com o *corpus* documental que temos a primeira oportunidade de sistematização e catalogação do inventário (reconhecimento do tipo de documento e da sua localização; a datação exata ou aproximada; a definição do tema principal; quem são os interlocutores; além da atribuição de um código de identificação).

Após a definição do *corpus*, passa-se à formulação das hipóteses e objetivos. A hipótese consiste na afirmação provisória a que nos propomos verificar recorrendo aos instrumentos analíticos e, os objetivos, à finalidade geral do projeto. Somente após essas definições é possível passar à última etapa da fase da “pré-análise”, que consiste na referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores que possibilitarão o recorte das fontes em unidades comparáveis de categorização e para a análise temática (*Ibid.*, p. 130).

Partindo da premissa de que as operações descritas até então tenham sido realizadas com o devido rigor, o historiador está apto a iniciar o procedimento propriamente dito de exploração da sua documentação. Fase mais trabalhosa de uma investigação, resume-se, com base nos critérios pré-estabelecidos, na efetivação de operações de codificação, decomposição e/ou enumeração.

Superado o exaustivo trabalho de organização e exploração é possível avançar para a fase de “categorização”. Essa abordagem é factível, pois a Escola dos *Annales*, principalmente a partir da sua segunda geração, estabeleceu aproximações com conceitos derivados da Antropologia, notavelmente o do estruturalismo. A estrutura social definida por Lévi-Strauss está relacionada à elaboração teórica capaz de dar sentido aos dados empíricos de uma realidade observada e consegue distribuir e ordenar essas informações (REIS, 2008). Com as devidas ressalvas, foi a partir de tal lógica que Fernand Braudel pode propor o redimensionamento do tempo histórico, configurando dois conceitos irmanados: o de “longa duração” e o da “multiplicidade de tempos históricos” (BARROS, 2010, p. 152).

Estrutura social e redimensionamento do tempo histórico são elementos que necessitam categorização e a “Análise de Conteúdo” pode ser fecunda ao oferecer uma técnica para tal. Bardin (2011, p. 138) define que é através da identificação das “presenças” e “ausências” que podemos “inferir” indicadores que remetam à interpretação dos conteúdos analisados através das medidas de frequência.

A escolha de índices de frequência não é nada fortuito e, se bem aplicado pelo historiador *annalista*, “a aparição de um item de sentido ou de expressão será tanto mais significativa – em relação ao que se procura atingir na descrição ou na interpretação da realidade visada – quanto mais esta frequência se repetir” (*Ibid.*, p. 139).

Com os índices de frequência identificados, o pesquisador conseguirá concatená-los com modelos de categorização; estabelecer uma estrutura interpretativa que pode partir de categorias *a priori*; perceber com mais exatidão os elementos encontrados com frequência, trechos e interconexões entre um ou mais elementos; categorias *a posteriori*; interlocuções com outros pesquisadores; e, por fim, as deduções lógicas resultantes da sua análise.

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (*Ibid.*, p. 149)

Superada a fase da categorização podemos vislumbrar a consecução da última etapa do processo de análise: o da “inferência como resultado”. Ao alcançarmos essa etapa é necessário evidenciar que o movimento dos *Annales* propõe o êxito da “História-problema”, elemento combativo que busca demolir a História meramente descritiva. É a vez de uma História “interpretativa, problematizada, apoiada em hipóteses, capaz de recortar o acontecimento por meio de novas tábuas de leitura, conseguindo problematizar este próprio gesto de recortar um acontecimento” (BARROS, 2010, p. 109). Na “Análise de Conteúdo” tal conjectura denomina-se “polo de análise”.

O processo de busca pela “inferência como resultado” parte da “problematização”. Por um lado, da significação, código e suporte da documentação e, por outro, do emissor e receptor dela. Independentemente de quem tenha sido o emissor (indivíduo ou grupo), temos o ato como função expressiva ou representativa de uma comunicação, daí a hipótese de que a mensagem exprima ou literalmente represente seu emissor. Estimulando um procedimento dialético, a lógica inverte-se quanto ao receptor da mensagem que, em reação, age ou adapta-se a ela. Chegamos aqui a mais concreta convergência entre a “Escola dos *Annales*” e a “Análise de Conteúdo”: a “História-problema” torna-se sinônimo de “inferência” e o seu resultado é a “hermenêutica controlada”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um historiador que se recusa a pensar sobre o fato humano, um historiador que professa a submissão pura e simples a esses fatos, como se não fossem de sua fabricação, como se não tivessem sido escolhidos previamente, em todos os sentidos da palavra 'escolhido' (e eles não podem deixar de ser escolhidos por ele) - é uma ajuda técnica. Que pode, aliás, ser excelente. Mas não é um historiador. (FEBVRE, 1978, p. 106)

O excerto acima se combina com o objetivo principal desse artigo, o qual procurou refletir sobre as possibilidades de diálogos e métodos convergentes entre a “Escola dos *Annales*” e a “Análise de Conteúdo”. Tanto Marc Bloch, como Lucien Febvre, pioneiros na estruturação epistemológica dos *Annales*, clarificam que uma das principais pretensões dessa “Nova História” é a “problematização”, a concretização de uma História que rompesse com o “factual” e abrisse a possibilidade da inteligibilidade entre fatos e fontes.

Distante de qualquer tipo de ingenuidade teórica, os principais historiadores *annalistas* se dispuseram ao diálogo interdisciplinar e experimentaram diversas tecnologias derivadas das Ciências Sociais. Com o alargamento da compreensão dos significados e significantes das fontes históricas, o campo de utilização da “Análise de Conteúdo” pode vir a ser validado, dada a compreensão da lógica da atividade da comunicação, assim como das relações entre o emissor e o receptor de um determinado discurso que, a partir da “inferência”, acarreta a denominada “hermenêutica controlada”.

Diante disso, só nos resta salutar que, para além da História, a possibilidade de interação entre as demais ciências, a compreensão dos processos de concorrência, assim como a quebra da lógica de hierarquia, pode constituir-se um dos caminhos mais efetivos para alcançar uma produção original, problematizadora e instigante.

REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1990). *O homem diante da morte*. Francisco Alves.
- Bachelard, G. (1977). Uma epistemologia histórica. *Epistemologia*. Zahar.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barros, J. D. (2010). A Escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento. *Revista História em Reflexão*. 4(8).
- Berelson, B. & Lazarsfeld, P. F. (1948). *The analysis of communications content*. University of Chicago and Columbia University.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. The Free Press.
- Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Jorge Zahar.
- Burckhardt, J. (1990). *A cultura do renascimento na Itália*. Companhia das Letras.
- Burke, P. (1991). *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Demo, P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. Atlas.
- Dilthey, W. (1999). *O surgimento da hermenêutica*. Numen.
- Durkheim, E. (1999). *As regras do método sociológico*. Martins Fontes.
- Febvre, L. (1978). *Sobre uma forma de história que não é a nossa: a história historizante*. Ática.
- Giesbrecht, D. F. (2019). *A história e seu universo paradigmático: epistemologia no centro do debate*. Editora Lux.
- Kuhn, T. S. (2021). *A estrutura das revoluções científicas*. Guerra e Paz Editores.
- Le Goff, J. (1988). *A história nova*. Martins Fontes.
- Levi, A. (1992). *Guide to french literature: 1789 to the present*. Saint James.
- Reis, J. C. (2008). História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 1(1), p. 8-18.
- Rüsen, J. (2015). *Teoria da História: uma teoria da história como ciência*. Editora da Universidade Federal do Paraná.

Thompson, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Zahar.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. Atlas.

Vovelle, M. (1983). *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Gallimard.